TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS - TCE-GO

22/08/2024

SUMÁRIO

Parceria para tocar obras do Fundeinfra avança na Alego 3

POLÍTICA

Parceria para tocar obras do Fundeinfra avança na Alego

GOVERNO DE GOIÁS Proposta é aprovada em comissão após debate acalorado e tentativa de obstrução por deputados da oposição, com baixo quórum de aliados

Rubens Salomão
rubens.salomao@opopular.com.br

Hellenn Reis



Deputados na comissão durante a discussão do projeto: Paulo Cezar Martins afirma que acionará a Justiça

Depois de intenso debate e tentativa de obstrução da oposição, a Comissão Mista da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) aprovou o projeto do governador Ronaldo Caiado (UB) que cria a possibilidade de parcerias com associações privadas para elaboração de projetos e execução de obras bancadas pelo Fundo Estadual de Infraestrutura (Fundeinfra). A matéria foi enviada há quase 10 dias, mas ficou parada por pedido de vistas de parlamentares da base aliada e opositores.

O texto alega objetivo de dar "eficiência e celeridade" às obras a serem executadas com recursos do Fundo, abastecido com a "taxa do agro". O projeto chega em momento de intensificação de reclamações de deputados e, principalmente, integrantes do setor produtivo, sobre a demora para início e conclusão das obras, a cargo da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra).

Como informado pelo POPULAR, após quase 20 meses de contribuição, o governo arrecadou R$ 1,5 bilhão e concluiu duas obras. Outras seis estão em andamento e 22 estão em fase de licitação do projeto executivo de engenharia ou da execução da obra. Ao todo, o conselho gestor do Fundeinfra já aprovou 44 obras.

A ideia de repasse financeiro a entidades privadas, pela proposta de "Programa de Parcerias Institucionais para o Progresso e o Desenvolvimento Econômico do Estado de Goiás", gerou debate entre os deputados. Os parlamentares se dividiram entre governistas, que defendem o projeto pela possibilidade de agilizar investimentos nas bases eleitorais, diante da "morosidade" atual, e os opositores, que questionam principalmente os possíveis riscos de desvios e falta de transparência sobre obras sem licitação.

A discussão contou com o número máximo de nove participações, segundo define o regimento interno, com as falas dos aliados Karlos Cabral (PSB) e Lucas do Vale (MDB), que defenderam mais investimentos em Rio Verde, além de Lineu Olímpio (MDB), Issy Quinan (MDB) e o líder da base, Talles Barreto (UB). Pela oposição, discursaram os três integrantes da bancada do PL, Major Araújo, Paulo Cezar Martins e Eduardo Prado, além de Bia de Lima (PT).

"O direito precisa acompanhar a evolução da sociedade. A burocracia foi feita para a gente extinguir a corrupção, só que ela nos atrapalha a fazer muitas coisas", apontou Karlos Cabral ao citar a obra da rodovia GO-210, na saída de Rio Verde para Montividiu, que precisará passar por nova licitação. O deputado caracterizou o projeto como uma iniciativa "inovadora" e disse que "parece até o governador ouviu o clamor dos empresários", que pedem para assumir as obras do Fundeinfra.

Os aliados ainda comemoraram a volta de Pedro Sales à presidência da Goinfra, depois da exoneração do general do Exército, Antônio Leite dos Santos Filho, na última sexta-feira (16). A volta do auxiliar foi citada por Lineu Olímpio e Issy Quinan. "Não estava andando, né? Estava com muita dificuldade e muito moroso. E era muito difícil até mesmo para receber os parlamentares. Então, eu vejo que agora nós estamos no caminho certo", disse Talles.

DEBATE

Os deputados Paulo Cézar e Major Araújo apontaram exemplos de problemas enfrentados na terceirização de serviços para organizações sociais para inferir que a ideia "não vai funcionar". "Um princípio basilar do direito administrativo é a legalidade estrita e o estado de Goiás agora cria ordenamento jurídico e manda projeto de lei atropelando a legislação federal criando um novo modelo de parceria para justificar sua incompetência em entregar as obras", criticou Eduardo Prado.

Os outros governistas mantiveram a defesa do projeto e disseram "respeitar" as opiniões contrárias. Coube ao líder do governo rebater os opositores. "É um avanço que incomoda muita gente, porque é uma forma nova de dar celeridade que o governo está buscando. Muita gente gosta da burocracia, da lentidão, e nós estamos buscando outra forma", disse Talles.

Os aliados citam que o projeto permitirá repasses e parcerias com entidades como as associações Adial e Aprosoja e a cooperativa Comigo. O texto prevê prestação de contas mensal e supervisão da Secretaria Estadual de Infraestrutura (Seinfra), da Controladoria-Geral do Estado (CGE) e do Conselho Gestor do Fundeinfra, além de "outros órgãos supervisores, como o Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)".

Ainda durante o debate sobre o texto, Bia de Lima pediu verificação de quórum, diante da saída de parlamentares da base aliada da reunião. Inicialmente, com a obstrução dos opositores, apenas nove governistas registraram presença e a estratégia do presidente da Comissão Mista, Wagner Camargo Neto (SD), foi manter a discussão enquanto outros deputados eram chamados. Ao fim dos debates, o painel registrava 19 presentes, mais que os 17 necessários, e a votação foi realizada.

Houve o registro de votos contrários de Bia de Lima, Major Araújo e Paulo Cezar. O último, no entanto, prometeu questionar a aprovação junto ao Tribunal de Justiça (TJ-GO), afirmando que a contagem totalizava apenas 14 deputados no momento da votação. "A votação das comissões agora vamos fazer do gabinete? Não vamos precisar mais vir para cá? Eu vou entrar na Justiça", afirmou o deputado do PL.

Wagner Neto respondeu estar amparado pela procuradoria da Casa, que define a possibilidade de apenas uma verificação de quórum para cada matéria e a conferência já havia sido feita ainda durante a discussão do projeto. Na sequência, houve tentativa de aprovar o projeto em primeira votação no plenário, mas a sessão extraordinária não foi aberta por falta de quórum e nova obstrução da oposição.



Secretário vai à Casa discutir 'emendas pix'

O secretário estadual de Relações Institucionais (Serint), Armando Vergílio, passou a tarde desta terça-feira (20) entre o plenário, comissões e sala da presidência da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) para dialogar com os deputados estaduais sobre a suspensão do pagamento das emendas de transferência especial. Popularmente chamadas de emendas pix, as indicações parlamentares estão com toda e qualquer tramitação paralisada pelo governo estadual, ao menos enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) não finaliza julgamento sobre a modalidade.

A suspensão dos pagamentos foi anunciada pelo auxiliar do governador Ronaldo Caiado (UB) na última semana, em entrevista ao programa *Chega Pra Cá*, com a jornalista Cileide Alves. Logo depois das falas, deputados da base aliada reclamaram em afirmações ao POPULAR da falta de diálogo sobre a decisão.

"Nós estamos conversando agora. O Armando está aqui para isso e em virtude da decisão do Flávio Dino, no STF. A gente está vendo como é que vai ser o procedimento em relação a Goiás e estamos iniciando uma discussão e acredito vamos estar totalmente inteirados sobre os pontos da esfera federal que poderiam nos atingir aqui", disse o líder do governo, Talles Barreto (UB), à repórter Eliara Salla, da *CBN Goiânia*.

"Existe um dispositivo constitucional para a reprodução automática dessa matéria para os estados", disse o secretário. "O impacto atual é zero, porque a legislação eleitoral já faz a suspensão do processamento dessas emendas e a gente tem a convicção de que isso estará resolvido no STF até o dia 6 de outubro", apontou Armando que citou também a realização de reunião nesta terça em Brasília sobre o tema.

O STF divulgou nota nesta terça-feira (20) em que garante ter chegado a acordo entre representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que as emendas sejam mantidas, mas que deverão "respeitar critérios de transparência, rastreabilidade e correção". A nota foi divulgada após reunião entre os ministros do Supremo, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e representantes do governo sobre o impasse em torno do pagamento das indicações. Antes da conversa, Caiado dialogou com Lira sobre o assunto. "Poder tem que se entender. Não tem que se confrontar. Tem que ter harmonia entre os poderes", defendeu. (Rubens Salomão)